

Mais Bancário

Sindicato do Sector Financeiro



**Corpos Gerentes tomam posse
prontos para enfrentar desafios**

**Vamos arregaçar
as mangas
e trabalhar!**



PROTOCOLO SERVILUSA
CONDIÇÕES ESPECIAIS
PARA SÓCIOS DO SINDICATO E FAMILIARES
PLANO FUNERAL EM VIDA | SERVIÇO FUNERÁRIO



ANTÓNIO FONSECA

EDITORIAL

O habitual mau perder

Estamos no início de um novo mandato e uma nova equipa está pronta para trabalhar, na MAG, na Direção, nas Secções Sindicais. Uns trazem ao Sindicato a experiência e conhecimento destas lides, outros a juventude e irreverência de ideias e propósitos. Mas todos têm um objetivo comum: defender os interesses dos bancários.

É para isso que aqui estamos. É para isso que os sócios votaram em nós e no nosso projeto, acreditaram na nossa capacidade de lutar e fazer mais e melhor.

Uma confiança que não posso deixar de agradecer. Como agradeço a todos os sócios que votaram, porque é com participação que mantemos o Mais Sindicato vivo, forte e atuante.

É preciso combater a abstenção que atinge o Sindicato, da mesma forma que atinge todas as instituições do País, pondo em causa um dos pilares fundamentais da democracia. Não desperdicemos o valioso direito de expressar opinião por mera preguiça ou, pior, desinteresse.

Deixo um agradecimento especial aos que votaram na lista A e valorizaram as nossas ideias, apesar das mentiras, difamações e ataques pessoais lançados pela outra lista concorrente.

Os bancários não se deixaram enganar e souberam distinguir o trigo do joio, a verdade da mentira, os objetivos sérios das promessas demagógicas.

A diferença de votos que nos levaram à vitória é esclarecedora, exceto para os que têm mau perder e tentam alcançar por subterfúgios o que os bancários lhes negaram.

E num comportamento que infelizmente repetem quando perdem, obrigaram o Sindicato – e consequentemente os sócios – a uma despesa de cerca de 30 mil euros na realização de um Conselho Geral para repetição das eleições. Mas o “golpe de secretaria” não passou.

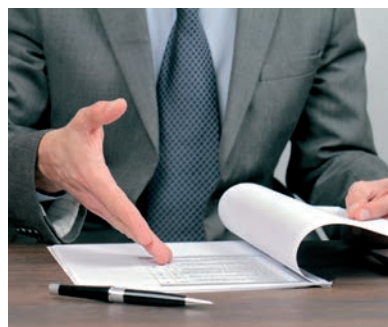
Saibam perder! 📌



6

Sindical

Conselho Geral:
Recurso rejeitado



17

Sindical

Revisão salarial
continua

Propriedade: Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – Mais Sindicato
NIF 500 825 556
Correio eletrónico: direccao@mais.pt
Diretor: António Fonseca
Diretor-adjunto: João Carvalho
Conselho editorial: António Fonseca, Cristina Trony,
João Carvalho e Vânia Ferreira
Editor: Elsa Andrade
Redação, Edição e Produção:
Rua de São José, 131 | 1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 100 | Fax: 213 216 180
Correio eletrónico: maibancario@mais.pt
Grafismo: Ricardo Nogueira
Pré-impressão e Impressão: Xis e érrre, xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1, 2.º Dto. | 2810-237 Laranjeiro
Tiragem: 34.337 exemplares (4.337 enviados por correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 310954/10
Registado na ERC: n.º 109.009
www.mais.pt

Estatuto Editorial
Consultável através do endereço:
[https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/
Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx](https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx)

A publicidade publicada e/ou inserta no Mais Bancário
é da total responsabilidade dos anunciantes

Sindical

Conselho Geral: Recurso rejeitado | 6
Prontos para enfrentar desafios | 8
Resultados definitivos das eleições de 2023 | 12
Organigrama da Direção | 13

Fundo de Pensões

CGD: Rentabilidade superior à inflação | 14
CGD transfere encargos para a CGA | 16

Contratação

Revisão salarial continua | 17

Questões Jurídicas

Direitos Fundamentais, Democracia e Estado de Direito
– a urgência de discutir! | 18

SAMS

SAMS tem 12 creditações a garantir a qualidade dos
serviços | 21
As unidades com selo de garantia | 23

Visto de Fora

A inabilidade francesa para o compromisso social | 24

Tempos Livres

Viagens do MAIS: as férias chamam por si! | 28
Calendário desportivo não pára | 31
Pesca de Mar: Alberto Costa conquista final | 32

Talento à prova | 33

Passatempos | 34



21

SAMS

SAMS tem 12 creditações a garantir a
qualidade dos serviços

A Palavra ao sócio



Agradecimentos ao SAMS

A família de Jorge Emílio Reia Martins, beneficiário
n.º 1121358 (falecido em dezembro de 2022), vem mui
respeitosamente agradecer à Administração do SAMS
a forma como sempre autorizou todos os protocolos
de tratamento que o seu ente querido necessitou,
disponibilizando todos os recursos para lhe minimizar o
sofrimento e lhe prolongar a vida.
Agradecemos, reconhecidos, a todos os funcionários do
pisso – 1 (Oncologia), assim como ao pessoal médico, na
pessoa da Dr.ª Maria Pedro Silveira, a todo o pessoal de
enfermagem e auxiliar.
A palavra GRATIDÃO é curta para expressarmos a forma
de dedicação, profissionalismo, carinho e amizade que
dispensaram ao nosso familiar, enquanto necessitou dos
vossos conhecimentos e ajuda, para minimizar os efeitos
perniciosos e devastadores da doença que o atingiu.
A todos guardaremos num lugar especial no nosso coração.
A família eternamente reconhecida,

Maria Antónia Martins e filhos
Família do beneficiário n.º 1121358

Luis Aires Dias, beneficiário n.º 2608578, vem por
este meio informar V. Exas. do excelente tratamento/
diagnóstico, dos médicos/técnicos e outros que culminou,
provavelmente, na deteção de doença crónica mais rápida
de sempre, entre 28/03/2023 e 14/04/2023 (resultado da
biopsia).
Em consulta de rotina (com tosse), e pela primeira vez,
à Dr.ª Elsa Pargana, foi-me dito que a tosse era mais
profunda. Tomou a iniciativa de mandar fazer uma TAC,
e saindo do gabinete para que esta fosse marcada
com celeridade, encaminhou-me para a colega da
especialidade.
Após receber informação, remarcou para a especialidade,
tendo-me contactado sobre a alteração (antecipação da
consulta).
Por pensar que são profissionais destes, e com
humanidade, que precisamos, o meu louvor à Dr.ª Elsa
Pargana e um bem-haja a V. Exas.

Luis Aires Dias
Beneficiário n.º 2608578

Grande Angular

O Jornal Económico

Salário real cai nos países da OCDE

O salário médio nominal aumentou em todos os países
da OCDE em 2022, mas recuou em termos reais em
35 dos 38 Estados-membros desta organização, com
Portugal a registar uma queda de 3,5%, situando-se na
19.ª posição da tabela.
Segundo o relatório 'Taxing Wages 2023' da Organização
para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
(OCDE), os salários tiveram em Portugal um aumento
médio de 4,5%, em 2022, valor que acabou por ser mais
do que absorvido pela inflação registada, ditando uma
redução real dos salários antes de impostos de 3,5%.
(...) Relativamente à carga fiscal sobre os rendimentos
do trabalho, a OCDE indica que esta aumentou em 23
dos países, incluindo Portugal, e para a generalidade
das tipologias de agregados familiares e rendimentos
analisados, tendo recuado em 11 e ficado inalterada
em quatro.
Uma das razões que explica a subida da carga fiscal
reside na conjugação da subida dos salários médios
com o esquema de taxas progressivas do imposto

sobre o rendimento do trabalho. Outro dos motivos,
adianta o estudo, "foi impulsionada" pelo facto de
"uma maior parte dos rendimentos ter passado a
estar sujeita a imposto", devido a uma redução dos
benefícios e deduções fiscais.
Segundo o relatório, em 2022 Portugal era o 9.º
(10.º em 2021) entre os 38 países membros da
organização com o peso mais elevado da carga
fiscal (IRS e contribuições para a Segurança Social
pagos pelo trabalhador e pelo empregador) sobre o
trabalhador médio, com 41,9%, revelando uma ligeira
subida (de 0,06%) face ao ano anterior.
Na lista que compara o total da carga fiscal sobre os
rendimentos do trabalho, a Bélgica surge em primeiro
lugar (53,0%), seguida da Alemanha (47,8%), França
(47,0%), Áustria (46,8%). No extremo oposto está a
Colômbia, com uma carga fiscal de 0,0%, seguida do
Chile (7,0%).
Ainda que indique que a carga fiscal aumentou para a
generalidade de agregados e rendimentos, entre 2021
e 2022, o relatório sublinha "que os maiores aumentos
foram observados em famílias com dependentes,
sobretudo dos que têm menores rendimentos".



Lista B pretendia repetir eleições

Recurso **rejeitado**

Na sua última sessão do mandato, os conselheiros rejeitaram, por larga maioria, o recurso interposto pelo representante da lista B, confirmando também desta forma o resultado eleitoral

INÊS F. NETO

O Conselho Geral extraordinário de 13 de abril tinha apenas um ponto na ordem de trabalhos: apreciação e deliberação sobre o recurso apresentado pelo delegado da lista B concorrente ao ato eleitoral de 28 e 29 de março de 2023.

Os conselheiros começaram por aprovar unanimemente a metodologia proposta pela MAG, tendo já em sua posse uma proposta de deliberação da Mesa sobre o recurso em discussão, propondo o seu indeferimento.

Paula Viseu iniciou os trabalhos apresentando, mais uma vez, todo o processo eleitoral, desde a constituição da Comissão Fiscalizadora Eleitoral até ao momento do encerramento das eleições. Justificou novamente por que a MAG não aceitou a lista “Mais e Melhor”, bem como a escolha da Multicert para manter o sistema de votação, a mesma empresa que participou em atos anteriores e no último, em 2019, sem qualquer contestação.

As 2.ª vias dos PIN

“O recurso fundamenta-se na democraticidade e transparência do ato eleitoral”, explicou João Pascoal na apresentação e defesa do documento, considerando que

foram “provados vários atos que põem isso em causa”. Enumerou o que considerou “fiscalização centralizada”, a falta de acesso ao comprovativo do envio dos PIN pelos CTT e, sobretudo, o impedimento de aceder à identificação completa dos sócios que solicitaram 2.ª via de PIN, a razão fundamental para ter interposto recurso dos resultados.

A MAG revisitou o processo, esclarecendo as dúvidas levantadas por João Pascoal: a credenciação para o voto foi concebida pela empresa que executou o voto eletrónico no seu todo e respeitou, na íntegra, os normativos em vigor. “Se tal foi feito com a atribuição dos PIN’s iniciais, o mesmo se passou na emissão de PIN’s de substituição”, sublinhou.

Paula Viseu desvalorizou ainda o facto de o recurso se basear fundamentalmente na emissão de PIN de substituição para a anulação das eleições, pois mesmo



que esses votos fossem anulados – num total de 1.609 – a diferença de votos entre a lista A e a lista B continuaria a ser favorável à lista A: 2.015 para a MAG e 2.005 para a Direção.

Divergências

Seguindo a metodologia aprovada, e antes de se ouvir os conselheiros, entrevistaram o representante da lista A na Comissão Fiscalizadora Eleitoral, João Ferreira, e os representantes das três tendências sindicais.

João Ferreira lamentou a realização da sessão por tal motivo e criticou a lista B por “desde o início pôr em causa as decisões da MAG”. Relativamente à escolha da Multicert para as eleições, lembrou que a empresa foi responsável por vários outros processos, nomeadamente para a Comissão de Trabalhadores do BST, em que João Pascoal foi eleito e não contestou. Vítor António, que falou em nome da Tendência Mudar, acusou a MAG de fabricar votos e de compor resultados: “Os poderes instituídos no Sindicato sabem – e sabem que nós sabemos – como fabricar votos.” Argumentando que a luta da Mudar é pelos “bancários vindouros” e “sem um Sindicato preso a interesses partidários do grande centrão”, referiu ainda que o MAIS está moribundo. “É preciso recorrer à Justiça para saber se os Estatutos respeitam o Código do Trabalho”, concluiu.

Por sua vez, a Tendência Social Democrata, através de Viriato Baptista, considerou “grave” as acusações de Vítor António e a descredibilização da MAG.

“As acusações apresentadas são só meias-verdades, porque não contam tudo. O que andaram a fazer na campanha? Não apresentaram nada de novo no programa eleitoral”, acusou.

Por fim, a Tendência Sindical Socialista, representada por António Fonseca, contestou o teor do recurso, alegando que apenas traduz o mau perder da lista B, pois não apresenta factos. “São vocês que perdem as eleições, com o vosso discurso bolorento e difamatório”, frisou, referindo a diferença de mais de 2.000 votos a favor da lista A. “Se fabricamos votos, por que perdemos nas secções sindicais de Reformados, de Setúbal e Tomar?”, questionou, adiantando que o mau perder da lista B obrigou à realização do Conselho Geral, custando aos sócios 30 mil euros.

A presidente da MAG insurgiu-se por a Mudar “pôr em causa a idoneidade do Sindicato”, acrescentando: “Nunca fabriquei votos. E orgulho-me de sair da vida sindical e política” dessa forma.

Rejeitado

Após a intervenção de 21 conselheiros e de Paula Viseu responder às interrogações expostas, chegou finalmente o momento de votação do recurso. Sem margem para dúvidas, os conselheiros rejeitaram o recurso da lista B, que recebeu 70 votos contra, 7 a favor e 5 abstenções. ■

Tomada de posse

Prontos para enfrentar desafios

A equipa que vai dirigir os destinos do Mais Sindicato nos próximos quatro anos foi empossada e a Direção já nomeou António Fonseca como o seu novo presidente, que elegeu como prioridades salários, reformas e SAMS. A palavra de ordem é “trabalhar”



A nova presidente da MAG, Vânia Ferreira

INÊS F. NETO

Numa cerimónia bastante concorrida que encheu o auditório Delmiro Carreira, na sede da UGT, a nova estrutura sindical do Mais Sindicato tomou posse no dia 19 de abril. Entre os convidados contaram-se dirigentes dos Sindicatos que integram a Febase (SBN, SBC, STAS e SISEP), o secretário-geral e a Comissão Executiva da UGT, deputados e mandatários do PS e do PSD (todos os partidos foram convidados, embora só estes marcassem presença) e representantes da APB e da banca, nomeadamente do BdP, do BST, do Montepio e do BBPI. A presidente em exercício da Mesa da Assembleia Geral iniciou a cerimónia dando posse à nova MAG. Numa intervenção emocionada, Paula Viseu agradeceu aos restantes membros da Mesa o “apoio e empenho pelas muitas horas de trabalho, pelas decisões nem sempre compreendidas por quem as quer à sua medida”, bem como aos sócios que “não se dirimiram do seu direito de escolha”. E “escolheram, valorizaram e votaram de forma clara numa lista com um projeto que dignifica os bancários.”



Homenagem a Paula Viseu

A intervenção prosseguiu com uma despedida: “E agora vou viver outras realidades pessoais”, revelou. “Depois de alguns anos dedicados à causa sindical, constitui para mim motivo de maior honra ter tido oportunidade de trabalhar tanto no Secretariado sindical do BPI como nos Corpos Gerentes do Sindicato. É gratificante defender e lutar por causas tão diversas como os direitos dos

trabalhadores nos locais de trabalho ou a igualdade de oportunidades”, adiantou. Destacando também as funções cumpridas na UGT e o “prazer” de ser bancária no Borges & Irmão e depois no BPI, Paula Viseu disse assim adeus às suas funções no MAIS e nas lides sindicais.

Cumprir as regras

E foi já a nova presidente da MAG, Vânia Ferreira, quem deu posse aos Corpos Gerentes e à estrutura sindical do Mais Sindicato vencedores das eleições de 28 e 29 de março.

“A MAG agradece a todos os sócios que votaram e confiaram nesta equipa, cujo processo eleitoral decorreu sem incidentes, apesar de alguns, poucos, tentarem demonstrar o contrário não reconhecendo os resultados eleitorais”, referiu na sua primeira intervenção como presidente do órgão.

“Esta MAG assumirá o compromisso com total de dedicação. O trabalho da MAG será norteado por princípios como rigor, transparência e respeito”, frisou Vânia Ferreira, especificando: rigor pelo “cumprimento escrupuloso dos Estatutos e Regulamentos”, transparência “na tomada

de decisões e consequente divulgação”, e respeito pelos “Estatutos e Regulamentos”, pelos “conselheiros” e “sobretudo pelos sócios”.

O MAIS, prosseguiu, “é uma organização muito bem estruturada, com regras bem definidas e todos os que hoje assumem funções devem ter sempre presente que o cumprimento dessas regras – através dos Estatutos, Regulamentos e Normas – devem ser integralmente respeitadas. A MAG vai ser intolerante relativamente a este tema.”

“Espero estar à altura de todos os meus antecessores”, disse, dirigindo-se a Manuel Camacho, Mendes Dias (presentes na sala) e, sobretudo, à sua antecessora: “Obrigada, Paula, ensinaste-me muito.”

Arregaçar as mangas

Falando de improviso, o então recém-empossado vogal da nova Direção, António Fonseca, agradeceu a todos os presentes, nomeadamente a “todos os sócios que tiveram a capacidade de votar, porque lutamos há anos contra o absentismo” e à sua equipa. “Foram meses muito difíceis, cheios de mentiras, difamações, ataques pessoais. Mas



António Fonseca
deixou mensagens
aos bancos

vencemos contra tudo e contra todos. Tivemos nervos de aço, mantivemos a dignidade e não baixámos o nível”, frisou. O Mais Sindicato “faz este ano 90 anos. É passado, presente, mas também futuro, porque entrou muita gente jovem. A nossa Direção é, talvez, a mais jovem de sempre”, disse.

E porque não há futuro sem passado, estendeu o agradecimento “aos mais velhos que se vão embora, cedendo o lugar aos mais novos”, como Manuel Camacho, João Carvalho, Mendes Dias e Wanda Guimarães. António Fonseca revelou o seu convite especial a um amigo que não pode estar presente. “Mas está cá, tenho a certeza. É a minha maior referência sindical: Delmiro Carreira.”

Dirigindo-se a todos os eleitos, salientou: “Temos quatro anos de desafios pela frente. Vamos arregaçar as mangas e trabalhar!”

Mensagens

Falando olhos nos olhos com os representantes das instituições de crédito, António Fonseca assumiu a intenção de “deixar algumas mensagens”. Desde logo salientou os “últimos anos desastrosos” para os bancários. Sob o pretexto da digitalização e da automatização, centenas de balcões foram encerrados e destruíram-se milhares de postos de trabalho, através de reformas antecipadas, rescisões “e até despedimentos. Chegámos ao ponto de a banca despedir pessoas”, frisou. Quanto aos outros, disse, resta suportar uma pressão cada vez mais forte, objetivos mais irrealistas, muitas vezes sem direito a desligar e com dificuldade em conciliar o trabalho e a vida familiar. “É preciso regulamentar o teletrabalho e a conciliação”, acentuou a propósito.

Tudo isto “apesar de nos últimos anos os bancos apresentarem sempre mais lucros, mas parece nunca serem suficientes”.

“Os aumentos salariais têm tido muito pouca expressão”, frisou, lembrando aos representantes da banca: “Está nas vossas mãos influenciarem os acionistas. E os acionistas têm de ter mais cuidado com os seus trabalhadores e ex-trabalhadores, os reformados, por quem todos devemos ter respeito”, advertiu António Fonseca. “Os bancos não podem esquecer-se dos milhares de reformados que trabalharam e fizeram os bancos chegar ao que são hoje”, acrescentou.

Aumentos, já

Criticando as negociações assentes em escritórios de advogados sem poder de decisão, António Fonseca foi claro: “Precisamos de aumentos salariais. Aumentos salariais justos, acompanhando os lucros e a sua distribuição por aqueles que são uma peça fundamental. Os bancos dizem que os trabalhadores são o mais importante: então mostrem isso!” “É urgente trabalhar numa tabela remuneratória que se ajuste à realidade da oferta e da procura. Ninguém contrata bancários licenciados a 800€. Até os bancos já começaram a subir as remunerações mínimas. Então vamos contratualizar isso, não andemos a fingir”, disse, contundente.

“Os bancos têm de acompanhar o Acordo de Rendimentos, com aumentos de, no mínimo, 5,1% em 2023. Na tabela e não por compensações através de remunerações variáveis e atos de gestão que não serão contemplados na altura da reforma. É por isso que vamos bater-nos e lutar nos próximos meses”, garantiu.

Mais participações

A última palavra foi para o SAMS. “Estes Sindicatos fizeram história ao criar os SAMS. São os únicos no mundo que pensaram na necessidade de cuidar da saúde dos bancários, que por isso hoje atingem belíssimas idades”, lembrou António Fonseca.

“Deixo um apelo aos bancos: Precisamos de mais participações. Precisamos da ajuda dos bancos para continuar a inovar o SAMS, que enfrenta uma despesa cada vez maior. Preocupem-se também com a saúde e a sustentabilidade do SAMS”, a ‘joia da coroa’ dos bancários, concluiu.

Solidários e empenhados

Antes de António Fonseca intervieram ainda Alberto Simões (SBN) enquanto secretário-geral em exercício da Febase, e Mário Mourão, secretário-geral da UGT e líder da Tendência Sindical Socialista. Ambos salientaram a importância do MAIS na Federação e na central sindical, bem como o empenho de todos, unidos, em prol dos trabalhadores.

“Os resultados obtidos e a diferença de votos é prova de que os sócios do Mais Sindicato queriam que este fosse o projeto vencedor, um projeto virado para as pessoas. O vosso sucesso refletir-se-á na vida dos bancários e das suas famílias”, referiu Alberto Simões.

E deixou a promessa: “Na Febase continuaremos unidos, solidários e empenhados em vencer todas as lutas e desafios com que formos confrontados, para bem dos trabalhadores do setor financeiro.”

Democracia

“Todos estão de parabéns. Fez-se democracia: as eleições têm de realizar-se nos prazos e o Mais Sindicato deu esta lição”, congratulou por sua vez Mário Mourão, acrescentando:

“O Mais Sindicato inicia hoje mais um capítulo da sua história, com António Fonseca sendo escolhido



Mário Mourão: “Fez-se democracia”

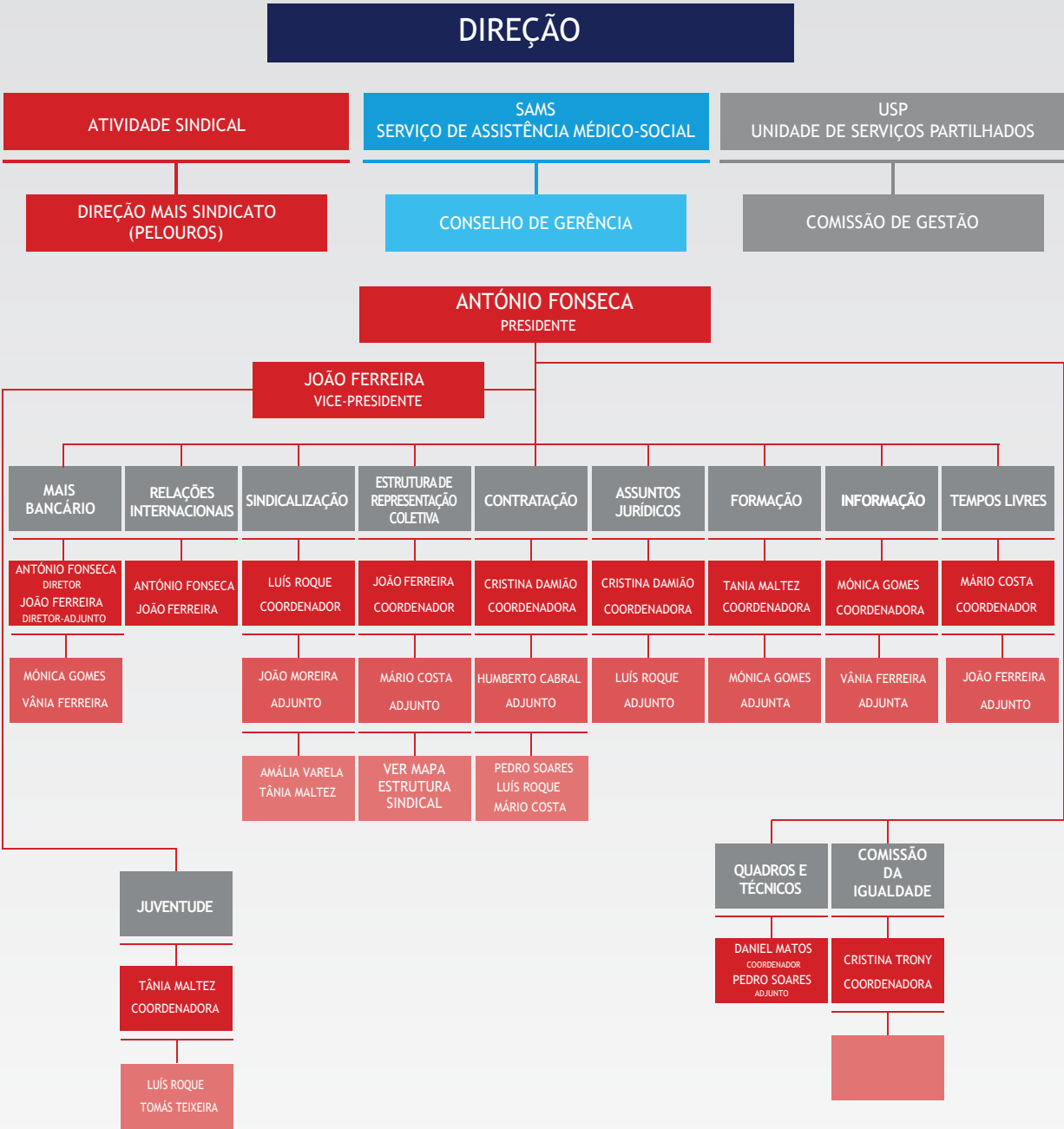


maioritariamente pelos sócios, líder de uma equipa determinada, constituída por jovens sindicalistas.” Quanto aos desafios a enfrentar, o secretário-geral da UGT considerou: “Todos estarão à altura do desafio de valorizar e dignificar a carreira dos trabalhadores bancários, estando na primeira linha a defesa intransigente dos seus interesses, em particular os que respeitam à valorização salarial.” E deixou claro o passo seguinte: “Os sindicalistas e os seus sindicatos vão ter de preparar-se para uma mobilização com vista a uma inequívoca e urgente melhoria dos salários e dos rendimentos dos trabalhadores no ativo e também dos reformados e pensionistas.” Recordando o Acordo de Rendimentos, Salários e Produtividade para o País recentemente celebrado pela UGT, Mário Mourão frisou: “A banca não pode ficar de fora deste esforço coletivo para valorizar os salários de quem trabalha e nomeadamente, no caso concreto, do setor financeiro. Este é o desafio que fazemos à banca.” “Trabalhar não pode ser sinónimo de empobrecimento. A distribuição da riqueza que produzimos deve ser para todos e não apenas para alguns”, salientou. Destacando que o Mais Sindicato “é um dos mais relevantes de todos aqueles que constituem esta central sindical”, o seu secretário-geral finalizou com uma garantia: “O Mais Sindicato contará com todo o incondicional apoio da UGT para desenvolver as tarefas que considerar mais oportunas para a defesa dos direitos dos bancários e dos seus associados. Todos juntos lutaremos pela justiça que nos é devida.” 

Resultados definitivos das eleições de 2023

Secção Sindical	Eleitores	Votantes	% de part.	MAG				Direção			
				Lista A	Lista B	Branco	Nulo	Lista A	Lista B	Branco	Nulo
BBVA	136	33	24%	22	10	1	0	21	11	1	0
Grupo Santander Totta	1.003	363	36%	232	122	9	0	231	126	6	0
Grupo BCP	1.619	409	25%	225	162	22	0	220	170	19	0
Grupo Novo Banco	574	236	41%	188	44	4	0	184	48	4	0
Grupo Banco BPI	784	255	33%	204	49	2	0	202	50	3	0
Grupo Banco de Portugal	450	113	25%	74	33	6	0	72	35	6	0
CCAM	284	68	24%	45	22	1	0	46	21	1	0
Grupo BNP	582	21	4%	14	7	0	0	15	6	0	0
Montepio Geral	619	206	33%	103	99	3	1	108	94	3	1
Interempresas	829	159	19%	66	87	6	0	64	89	6	0
SIBS	132	49	37%	35	11	2	1	36	11	1	1
EuroBic	209	115	55%	109	6	0	0	110	5	0	0
Grupo CGD	424	202	48%	173	26	3	0	176	24	2	0
Angra do Heroísmo	342	153	45%	116	34	2	1	118	33	2	0
Beja	458	200	44%	137	60	3	0	139	60	0	1
Castelo Branco	435	249	57%	229	17	3	0	228	17	3	1
Covilhã	279	86	31%	60	26	0	0	59	27	0	0
Évora	834	366	44 %	312	51	2	1	313	50	2	1
Faro	933	320	34%	223	87	8	2	222	91	6	1
Funchal	498	263	54%	236	26	1	0	233	29	1	0
Horta	184	99	54%	44	54	1	0	40	56	3	0
Ponta Delgada	683	243	36%	89	148	5	1	82	150	9	2
Portalegre	486	164	34%	139	20	5	0	141	18	5	0
Portimão	669	265	40%	214	48	2	1	210	51	3	1
Santarém	979	257	26%	176	81	0	0	174	83	0	0
Setúbal	4.307	1.268	29%	599	650	18	1	606	638	23	1
Tomar	811	238	29%	40	196	2	0	38	197	3	0
Torres Vedras	1.206	366	30%	261	99	5	1	262	98	5	1
Reformados	12.685	2.786	22%	1.335	1.411	36	4	1.336	1.394	51	5
Votos p/ correspondência	1			1				1			
Totais	33.434	9.553	28,6%	5.701	3.686	152	14	5.687	3.682	168	16

Organigrama da Direção





Quadro 2 Variação das Responsabilidades por Serviços Passados, Valor do Fundo e Nível de Financiamento

	Variação % Dez. 21
Responsabilidades por serviços passados	-19,69%
Funcionários ativos	-31,63%
Pensionistas	-9,26%
Valor do fundo	-8,74%
Nível de financiamento	14,70%
Excesso / (Déficit)	130,72%
Requisitos da BoP	
Valor mínimo do fundo	-19,40%
Excesso / (Déficit)	93,57%
Contribuições (acumuladas no ano até à data)	-44,76%
Beneficiários	-28,65%
Patrocinador do Plano	-49,91%
Pensões pagas (acumuladas no ano até à data)	-24,61%

Rentabilidade superior à inflação

O relatório trimestral da CGD Caixa Gestão de Ativos relativo ao Fundo de Pensões CGD (FPCGD) em 30 de setembro de 2022 foi analisado pela Comissão de Acompanhamento, que também forneceu um parecer sobre a transferência das responsabilidades para a CGA e extinção e liquidação do Fundo

PEDRO GABRIEL

O relatório analisou o nível de financiamento, a rentabilidade da carteira de dezembro de 2021 até setembro de 2022, a rentabilidade

histórica nominal e real, o nível de financiamento e a composição da carteira. O quadro 1 apresenta as variações das diferentes rubricas e o nível de financiamento entre dezembro de

2021 e o 3.º trimestre de 2022. A 30 de junho de 2022 alterou-se o pressuposto relativo à taxa de desconto para o cenário de projeção das responsabilidades, que passou de 1,35% para 3,2%.

Quadro 1 Nível de financiamento

	Dec-21	mar/22	jun-22	set/22	Variação % / 21
Responsabilidades por serviços passados	3299,6	3308,6	2638,7	2649,9	-19,69%
Funcionários ativos	1537,9	1561	1031,8	1051,4	-31,63%
Pensionistas	1761,7	1747,6	1607	1598,5	-9,26%
Valor do fundo	3558,7	3472,65	3332,7	3247,8	-8,74%
Nível de financiamento	107,90%	105,00%	126,30%	122,60%	14,70%
Excesso / (Déficit)	259,1	164,1	694	597,8	130,72%
Requisitos da BoP					
Valor mínimo do fundo	3222,7	3230,5	2587,2	2597,4	-19,40%
Excesso / (Déficit)	336	242,1	745,6	650,4	93,57%
Contribuições (acumuladas no ano até à data)	73,5	17,9	34,4	40,6	-44,76%
Beneficiários	17,8	5,2	8,9	12,7	-28,65%
Patrocinador do Plano	55,7	12,8	25,5	27,9	-49,91%
Pensões pagas (acumuladas no ano até à data)	76,8	21,8	40,4	57,9	-24,61%

Quadro 3 Rendimento real do Fundo

	Dec-21	jan/22	Feb -22	mar/22	jun-22	set/22	Variação % / 21
Responsabilidades por serviços passados	3299,6	3302,6	3305,6	3308,6	2638,7	2649,9	-19,69%
Valor do fundo	3558,7	3496,5	3458,9	3472,65	3332,7	3247,8	-8,74%
Nível de financiamento	107,90%	105,90%	104,60%	105,00%	126,30%	122,60%	14,70%

Quadro 4 Evolução do Nível de Financiamento

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Média
Rendimento Fundo	5,96%	5,67%	5,29%	5,25%	0,89%	5,39%	-2,20%	6,53%	4,34%	5,49%	4,26%
Taxa de inflação	2,80%	0,30%	-0,30%	0,50%	0,60%	1,40%	1,00%	0,30%	0,00%	1,30%	0,79%
Rendimento real	3,07%	5,35%	5,61%	4,73%	0,29%	3,93%	-3,17%	6,21%	4,34%	4,14%	3,45%

O impacto sobre o valor das responsabilidades por serviços passados entre setembro de 2022 e dezembro de 2021 foi de -649,7 milhões [2 649,9 (Set/22) - 3 299,6 (Dez/21)]. Este valor representava, em setembro de 2022, 20% do valor do Fundo, com o nível de financiamento a passar de 107,9% em dezembro de 2021 para 122,6% em setembro de 2022. De recordar que o BdP exige que o financiamento integral das responsabilidades por serviços passados seja de 100% com pensionistas e de pelo menos 95% com ativos.

Responsabilidades

As variações em relação a dezembro de 2021 são apresentadas no quadro 2. O valor do Fundo reduz 8,74% contra uma redução de 19,69% do montante das responsabilidades. Daqui resulta que o excesso do valor do Fundo sobre o valor das responsabilidades passadas aumenta 130,72%. O quadro 3 apresenta a evolução do nível de financiamento que aumenta 14,7%, passando de 107,9% para 122,6%.

Saldo positivo

Excetuando a taxa negativa em 2018 (-3,2%), a taxa de rentabilidade do

Fundo foi sempre superior à taxa de inflação, o que significou ganhos reais entre um máximo de 6,2% em 2019 e um mínimo de 3,07% em 2012. (Quadro 4) A taxa de rendimento real de 3,45% compara com a taxa de desconto das responsabilidades, de 2,76%. A Comissão de Acompanhamento é da opinião de que a rentabilidade histórica da carteira, em termos reais, assegura que o nível da taxa de desconto usado para cálculo do valor atual das responsabilidades com serviços passados está ajustada ao risco e responde ao "matching" entre ativos e responsabilidades. ▀

CGD transfere encargos para a CGA



O Estado e a Caixa Geral de Depósitos (CGD) estão a ultimar os detalhes de um processo que permitirá o enquadramento integral no sistema previdencial dos trabalhadores da CGD, incluindo os oriundos do BNU, através da transferência para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) dos encargos com as pensões dos trabalhadores inscritos no regime de proteção social convergente, relativamente ao tempo de serviço prestado à CGD após 31 de dezembro de 2000.

No âmbito desta operação, a CGA irá receber da Caixa, como compensação pelas responsabilidades transferidas, o valor correspondente aos encargos inerentes, tendo por base um cenário conservador tecnicamente sustentado, de acordo com os estudos atuariais realizados por atuário independente e validados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A transferência de responsabilidades é, pois, acompanhada dos recursos financeiros exigíveis para fazer face aos encargos, que passarão a ser integral e exclusivamente responsabilidade da CGA. Adicionalmente, a CGD e os trabalhadores no ativo abrangidos passarão a fazer as contribuições normais para a CGA, de 23,75% e 11%, respetivamente.

Extinção

Considerando que são transferidas para a CGA todas as atuais e potenciais responsabilidades da Caixa asseguradas através do FPCGD, incluindo as responsabilidades com pensões e prestações em pagamento e novas pensões e prestações a atribuir no futuro, prevê-se a extinção e liquidação do FPCGD.

Com efeito, o património do FPCGD é transferido para a Caixa que, por seu turno, fica obrigada a entregar à CGA a compensação devida em numerário, no total de 3.017 milhões de euros, por referência a 31 de dezembro de 2022.

A transferência de responsabilidades prevista no acordo estabelecido tem como princípio enformador fundamental a salvaguarda dos direitos de todos os beneficiários abrangidos, de tal modo que a sua posição, no que se refere ao direito a pensões e prestações, se manterá inalterada, nomeadamente em matéria de condições de atribuição das pensões e prestações e respetivas regras de cálculo e de atualização.

Para a Caixa, esta operação tem como objetivo fundamental a redução dos níveis de risco resultantes da volatilidade que a atual dimensão e tratamento contabilístico do Fundo de Pensões introduzem na conta de resultados e balanço do Banco e permitirá endereçar um conjunto de idiossincrasias do atual Fundo de Pensões, repondo condições de igualdade da Caixa face ao restante setor bancário português.

A estabilidade obtida através da eliminação de volatilidade beneficiará, direta e indiretamente, todos os empregados da Caixa e os atuais beneficiários do Fundo de Pensões.

Parecer favorável

A Comissão de Acompanhamento emitiu parecer favorável sobre esta proposta legislativa, lembrando que uma parte relevante das responsabilidades por serviços passados dos beneficiários e participantes do FPCGD está já na esfera da CGA e que os trabalhadores e pensionistas já se relacionam diretamente com esta. ■



Revisão salarial continua

Os Sindicatos não se dão por vencidos e mantêm em aberto todas as mesas negociais, convictos de que é possível alcançar aumentos salariais superiores às propostas das instituições de crédito. Porque os trabalhadores merecem

INÉS F. NETO

As IC estão a atuar concertadamente nas negociações salariais, independentemente da convenção de que são subscritoras. As provas são claras: a primeira contraproposta apresentada aos Sindicatos foi de 2,5% em todas as mesas. Da mesma forma, subiram o valor percentual para 3%. Lamentavelmente, numa conjuntura em que a escalada da inflação erodiu gravemente os rendimentos dos bancários e, pelo contrário, a banca apresenta resultados excelentes, as IC revelam não ter o mínimo sentido de justiça social, de forma a compensar com equidade os trabalhadores que tanto contribuem, diariamente, para o seu sucesso. Razão mais do que suficiente para que o MAIS, que nesta matéria atua em conjunto com o SBC e o SBN, não baixe os braços e insista na continuação das negociações. Recorde-se que os Sindicatos reivindicam 8,5% de aumento salarial. E rejeitam absolutamente que sejam considerados como aumentos salariais os valores que alguns bancos avançaram, por ato de gestão, aos ativos, deixando de fora os reformados.

BCP

Face aos anunciados lucros de 2022 – 207, 5 milhões, contra 138,1 milhões de 2021, ou seja, um aumento de 50,3% – o Banco, após duas reuniões, subiu a sua proposta de 2,5% para 3%.

ACT

Na última ronda negocial, as IC mantiveram a proposta anterior de 3% de aumento salarial, sem terem aceitado, sequer, uma das propostas sindicais de clausulado para desbloquear este impasse.

Montepio

O Banco, que no exercício de 2022 teve um resultado líquido de 33,8 milhões de euros – ou seja, um lucro cinco vezes superior ao registado de 2021, que foi de 6,6 milhões de euros – propõe para os seus trabalhadores um aumento de 2,5%, do qual ainda não evoluiu. Quanto às propostas de clausulado, o Montepio rejeitou todas.

Ao mesmo tempo, avança com a fase final do Programa de Ajustamento, “libertando-se” de mais trabalhadores e deixando os restantes sob maior pressão laboral.

CGD

A Caixa é um caso diferente. A sua nova proposta negocial consta de um aumento na tabela salarial de 76 euros para todos os níveis – ou seja, uma média ponderada de cerca de 4,5% –, e um aumento de 5% na generalidade das cláusulas de expressão pecuniária.

Ao contrário de outro sindicato, MAIS, SBC e SBN não assinaram esta proposta de acordo, pois consideram que fica muito aquém da capacidade da Caixa e do que os trabalhadores merecem e precisam. E por isso mantêm as negociações.

ICAM

O Crédito Agrícola não aceitou a reivindicação salarial dos Sindicatos, tendo respondido com a contraproposta de aumento na tabela salarial de 4% e de 4,8% no subsídio de refeição, que passou assim para 11€.

À semelhança do que aconteceu nos restantes processos negociais, as ICAM decidiram, por ato de gestão, processar aquela atualização ainda em março.

Não obstante, e porque não houve acordo com os Sindicatos, o processo de revisão do ACT referente às tabelas e demais clausulado continuará em negociações diretas. ■



orientando-o, por sua vez, na defesa intransigente da dignidade da pessoa humana, pelo que é usual salientar-se o estreito nexo de dependência funcional entre o Estado de Direito e os Direitos fundamentais.

Com efeito, os Direitos fundamentais constituem a primeira garantia do cidadão de um Estado de Direito de limitação do exercício do poder, sendo que o sistema jurídico e político, em conjunto, orientar-se-ão pela sua efetivação, com todas as suas consequências – a primeira das quais, o seu reconhecimento.

Os Direitos fundamentais são, assim, o nosso bem mais precioso. O seu reconhecimento, por exemplo, permite-me escrever este texto, dentro do quadro do Estado de Direito. Este, por sua vez, garante, no modelo de sociedade em que, felizmente, vivemos, que todos o possam fazer, nos mesmos termos.

Este exemplo, que parece simples, é decomposto em milhares de atos diários que, ao contrário do que parecem, são absolutamente significantes e que dependem, com maior ou menor intensidade, do Estado de Direito, disciplinando e limitando o Estado no seu todo – poder, representantes e representados.

Numa visão mais abrangente, é essa mesma relação que acaba por permitir que se olhe para as relações entre Estados com os olhos postos nos Direitos fundamentais, passando as Declarações Universais a reconhecê-los, no seu núcleo essencial, chamando-lhes Direitos do Homem – ou Direitos Humanos, como se preferir.

Democracia

Como bem sabemos, o exercício do poder, aqui e agora, depende de eleições com voto universal e direto, que legitimam a representação e o exercício do poder do Estado. Assim se construiu, talhando ao longo de vários séculos, algo que parece não ter rival e onde todos devíamos gostar de viver: a democracia – daí confundirmos, tantas e tantas vezes, o país com a “nossa democracia”.

Direitos Fundamentais, Democracia e Estado de Direito – a urgência de discutir!

JOSÉ PEREIRA DA COSTA*

Quando falamos sobre o ataque à democracia liberal, ou de modelo liberal, discutimos, em primeira linha, o porquê e as causas, aceita-se que assim seja.

Sucedo que não temos pensado bem: onde se diz que há um atentado à democracia, há, sobretudo, um vil e soez ataque ao que a garante, ou seja, ao Estado de Direito – para que, como veremos, os Direitos fundamentais sejam colocados em causa.

Ou seja, as instituições que representam o conceito liberal de Estado (poder judicial, legislativo e executivo) são colocadas em causa por estratégia pré-definida, desenhada, projetada e agora executada: se conseguirem desacreditar o poder do Estado, no modelo escolhido pelo mundo que nasceu da Revolução Francesa, acabam por sacrificar o Estado de Direito, destruindo o seu sistema de garantias dos Direitos fundamentais, podendo, a partir daí, impor um novo modelo de autocracia, nascido e fomentado dentro das democracias.

Se vingasse, o que não sucederá, seria o triunfo de um sistema com um só denominador: ser contra – ou seja, contra a Democracia, contra o Estado de Direito e contra os Direitos fundamentais.

Direitos fundamentais

Senão, vejamos.

A garantia de efetivação dos Direitos fundamentais representa, hoje, no contemporâneo Estado de Direito, a refundação permanente dos seus pressupostos,

Neste sistema claro e cristalino, a democracia, o Estado de Direito e os Direitos fundamentais conjugam-se num modelo que se usa chamar de “Estado Democrático de Direitos fundamentais”. Pode não ser perfeito, pode ter vícios, pode, até, ser facilmente deturpável por ação ou omissão, mas não podemos ter dúvidas: a solução é sempre o seu reforço, o seu depuramento, a sua construção permanente e jamais a sua derrogação, destruição e, ou, substituição. É por isso que assistimos a um ataque sem quartel e sem limites, que não permite aos executantes, sequer, ►



Direito de manifestar, de expressar

o reconhecimento de resultados eleitorais que os derrotam. E não permitem por um motivo muito simples: o descrédito da representação, se disseminado, se universalizado, é o fim das instituições lideradas por quem vence as eleições – o que levará, inexoravelmente, ao fim da democracia.

Ataque às instituições

O princípio que aplicam é simples: se o exercício do poder for ilegítimo, porque assente em vícios de representação, então as instituições passam a ser ilegítimas – sendo

certo que parece que já chegámos ao dia em que a própria imprensa deixou de ser utilizada como meio de divulgação da ideia para passar a ser denominada como "o perigoso" elemento de oposição a esse ataque. Não podemos, assim, olhar para a invasão ao Capitólio ou aos Três Poderes como atos fortuitos perpetrados por loucos ou alucinados. Não foram. São, isso sim, parte de uma estratégia maior, que visa alcançar a descrédibilização, a desacreditação e destruição de todas as instituições onde é exercido o poder e que legitimamente nos representam.

Atacando a democracia e colocando o Estado de Direito em causa, atingem, então, o seu objetivo principal: restringir, condicionar, modificar, quem sabe substituir, o sistema de garantias aos Direitos fundamentais.

Urge pensarmos sistematicamente, olharmos para a nossa democracia, para o nosso Estado de Direito, e pensarmos no que devemos fazer para o fortalecer, para, perdoem-me a força da expressão, o tornar mais perfeito e próximo dos anseios das populações, para que, efetivamente, defenda e garanta os seus Direitos fundamentais.

Não me perguntem como o podemos fazer, porque só sei como não pode ser feito: exatamente aquilo que andamos a fazer, como se a autodestruição coletiva fosse a praga da democracia.

Não é, não pode ser, não será! ▶

**Advogado do Mais Sindicato*



O ataque ao Capitólio, nos EUA, configura um atentado às instituições



Manuela Mateus, enfermeira coordenadora do Gabinete da Qualidade

SAMS tem 12 acreditações a garantir a qualidade dos serviços

A maioria dos serviços clínicos do Hospital do SAMS recebeu já certificação de qualidade da prestação de cuidados por parte da Direção-Geral de Saúde (DGS). Um selo de garantia, de competência e segurança para os pacientes atendidos

INÊS F. NETO

A última unidade acreditada/certificada do SAMS foi a de Saúde Oral do Centro Clínico de Lisboa, em janeiro deste ano, juntando-se assim às restantes 11. À espera da auditoria da DGS encontra-se o Laboratório de Microbiologia Clínica.

Manuela Mateus, enfermeira coordenadora do Gabinete da Qualidade – Gestão de Risco Clínico e Segurança do Doente do SAMS, explica do que se trata a acreditação/certificação dos serviços de saúde e as suas vantagens para beneficiários e utentes.

P – Quais os critérios necessários para uma unidade de saúde receber uma certificação?

R – A certificação é obtida após auditoria efetuada por entidade externa e independente, que avalia o grau de cumprimento dos requisitos do referencial normativo escolhido e aplicável, a um produto, serviço ou organização. Neste caso, o âmbito de atuação é a prestação de cuidados de saúde em determinada área. Após esta avaliação, e se houver cumprimento dos requisitos, é emitido um certificado de conformidade, que permite às organizações evidenciar e divulgar que são unidades certificadas.

Para manter a certificação, a organização é sujeita a avaliações periódicas (auditorias de acompanhamento) que atestam o grau de cumprimento dos requisitos estabelecidos no referencial normativo. O grau de gravidade ou a importância das não conformidades ▶



detetadas podem levar à suspensão da certificação, ou mesmo à perda do certificado.

P – Qual a diferença entre certificação e acreditação?
R – Certificação e acreditação são duas práticas distintas, mas relacionadas, que são utilizadas para garantir a qualidade e a confiabilidade de produtos, serviços, processos e sistemas.
A certificação é o processo por meio do qual uma terceira parte independente avalia e declara que um produto, processo ou serviço atende a determinados requisitos e padrões específicos. Por exemplo, uma organização que deseje obter a certificação ISO 9001 deve demonstrar que possui um sistema de gestão da qualidade robusto e eficaz. Já a acreditação é um processo de avaliação mais amplo e rigoroso, por meio do qual uma organização independente e imparcial avalia a competência e a conformidade de um órgão, laboratório ou instituição que realiza testes, calibrações ou outras atividades específicas. A acreditação geralmente envolve avaliação da qualidade de gestão, competência técnica e conformidade com padrões específicos. Ambos exigem o envolvimento dos colaboradores e da gestão de topo.

Benefícios

P – Quais as vantagens da certificação para a Instituição?
R – As vantagens da certificação e da acreditação para a Instituição são:

- Aumento da credibilidade e confiança dos utilizadores dos serviços (beneficiários e utentes);
- Reconhecimento da competência técnica e qualidade dos serviços;

- Melhoria na gestão da qualidade dos serviços de saúde, garantindo que sejam eficientes e eficazes;
- Melhoria na comunicação interna e externa da unidade de saúde;
- Maior satisfação dos doentes e da equipa;
- Fortalecimento da cultura de segurança da instituição (segurança do doente);
- Acesso a novos mercados, clientes e oportunidades de negócios (normalmente os concursos públicos exigem que as unidades sejam certificadas ou acreditadas);
- Redução de custos por meio da identificação de oportunidades de melhoria de processos;
- Fortalecimento da imagem e reputação da empresa.

P – E para o doente?
Aos doentes também trazem benefícios, como:

- Garantia da qualidade e segurança dos serviços de saúde;
- Maior confiança nos serviços oferecidos pela instituição de saúde;
- Redução do risco de acidentes e falhas;
- Melhoria no atendimento e cuidado ao doente;
- Melhoria na proteção dos direitos do doente;
- Acesso a serviços de saúde mais eficientes e eficazes;
- Participação ativa do doente na gestão da qualidade dos serviços de saúde.

Em resumo, tanto a certificação quanto a acreditação podem trazer benefícios significativos para instituições de saúde e seus utilizadores (doentes, utentes, profissionais), melhorando a gestão da qualidade, aumentando a credibilidade e confiança e reduzindo custos, além de fortalecer a cultura de segurança do doente e da equipa, permitindo também uma participação ativa dos doentes na gestão da qualidade dos serviços de saúde (inquéritos no âmbito da satisfação do doente).

Preservar características
P – O SAMS tem certificações pedidas a aguardar resposta?
R – Que tenha conhecimento não. Estas indicações são emanadas superiormente (gestão de topo).

P – O Hospital como um todo não tem acreditação. O que falta e o que está a ser feito para consegui-lo?
R – Os serviços clínicos do hospital estão praticamente acreditados. O laboratório de patologia clínica não está, mas tem parceria com Germano de Sousa, por isso não efetuou candidatura. No entanto, a parte de microbiologia está acreditada, uma vez que é SAMS (ver lista com as unidades acreditadas).
O processo de certificação total do hospital pode ser discutido com a DGS se houver indicação superior para o fazer e análise dos requisitos necessários que terão de ser cumpridos para obtê-lo. No entanto, deverão ser ponderadas as vantagens de candidatura individual por unidade, uma vez que assim se mantêm as características únicas de cada serviço, que podem ser absorvidas se formos para uma candidatura total. É um assunto que deve ser analisado pela gestão de topo. ▶

As unidades com selo de garantia

Unidades Certificadas	Referencial Normativo	Entidade Externa Responsável	Data da última Auditoria	Observações
Unidade de Saúde Oral (USO) Centro Clínico de Lisboa (CCL)	Norma NP EN ISO 9001:2015	Bureau Veritas	janeiro de 2023	Ciclos de 3 anos com auditorias intercalares anuais – Inicia novo ciclo (recertificação) em 2024

Unidades Acreditadas	Referencial Normativo	Entidade Externa Responsável	Data da última Auditoria	Observações
Internamento de Medicina	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	11 janeiro 2022	Ciclo 5 anos Inicia novo ciclo (reacreditação) em 2024
Internamento de Cirurgia	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	12 janeiro 2022	Ciclo 5 anos Inicia novo ciclo (reacreditação) em 2024
Imagiologia Hospital e CCL	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	19 janeiro 2022	Ciclo 5 anos Inicia novo ciclo (reacreditação) em 2024
Oftalmologia CCL	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	8 fevereiro 2022	Ciclo 5 anos Inicia novo ciclo (reacreditação) em 2024
Cardiologia Hospital e CCL	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	31 janeiro 2022	Ciclo 5 anos Inicia novo ciclo (reacreditação) em 2024
Serviços Farmacêuticos	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	22 fevereiro 2022	Já iniciou novo ciclo, ou seja, está no 2.º ciclo de (reacreditação)
Anatomia Patológica	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	23 fevereiro 2022	Já iniciou novo ciclo, ou seja, está no 2.º ciclo de (reacreditação)
Medicina Transfusional	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	25 fevereiro 2022	Iniciou 1.º ciclo de acreditação
Medicina Intensiva	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	Novembro 2023	Vai iniciar 2.º ciclo
Bloco Operatório Hospital	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	27 outubro 2022	Já iniciou novo ciclo, ou seja, está no 2.º ciclo de (reacreditação)
Endoscopia	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	22 novembro 2022	Já iniciou novo ciclo, ou seja, está no 2.º ciclo de (reacreditação)
Laboratório de Microbiologia Clínica	Modelo ACSA Ministério da Saúde	DGS	Aguarda data para auditoria	Vai iniciar 2.º ciclo (reacreditação)

A inabilidade francesa para o compromisso social

Com novo conflito social a escalar nas ruas, a França mostra, mais uma vez, a sua incapacidade de assumir compromissos por via da negociação. Mas este não é um problema de agora na sociedade francesa. É uma luta de ideologias, mas também contra a própria História. Todos são chamados à sua resolução, desde governos a patrões e sindicatos

GUILLAUME DUVAL*



A desastrosa reforma das pensões lançada pelo presidente Emmanuel Macron em França levanta, mais uma vez, questões recorrentes para a sociedade francesa. Por que quase nunca se consegue negociar compromissos sociais? Por que há greves e manifestações repetidas, que a maioria dos seus vizinhos dificilmente experienciam, pelo menos em proporções comparáveis? E o que pode ser feito a esse respeito? É uma longa história que remonta à Revolução Francesa.

Contrariamente ao que muitos pensam, a Revolução foi, acima de tudo, um grande momento liberal, económica e socialmente.

Uma das primeiras tarefas dos revolucionários foi abolir os sindicatos que travavam o dinamismo económico. Mas com o decreto d'Allarde e a lei Le Chapelier adotados em 1791, também baniram todas as formas de sindicalismo nascente e negociação contratual. Como Isaac Le Chapelier disse, "ninguém tem permissão para inspirar cidadãos com um interesse intermediário, para separá-los da coisa pública por um espírito corporativo". Entre o Estado e o cidadão, a república não quer reconhecer qualquer "corpo intermediário".

Travão**

Enquanto no resto do mundo ocidental os sindicatos estavam gradualmente a desenvolver-se, só em 1864 é que as greves deixaram de ser consideradas ofensivas em França e em 1884 os sindicatos foram oficialmente reconhecidos. Em 1895, os sindicatos e as bolsas de trabalho juntaram-se para formar a Confédération Générale du Travail (CGT), mas em 1906 esta decidiu, com a Carta de Amiens, não se unir aos socialistas que acabavam de alcançar a unidade no ano anterior, ao contrário do que aconteceu em quase todos os outros países desenvolvidos. Esta oportunidade perdida contribuiu para uma divisão duradoura e enfraquecimento

do movimento trabalhista. E atrasou o reconhecimento institucional do sindicalismo.

A negociação social permaneceu muito limitada e o sindicalismo foi combatido de forma ativa pelo poder público, em particular pelo governo de Georges Clemenceau. Durante a Primeira Guerra Mundial, a CGT esteve envolvida na gestão da economia de guerra, mas a revolução russa de 1917 e as divisões que trouxe enfraqueceram novamente o sindicalismo francês. Em 1936, surgiu o Front Populaire com as suas conquistas sociais, mas o episódio durou apenas alguns meses e foi seguido por uma feroz repressão durante a Segunda Guerra Mundial. Depois surgiu o Conseil National de la Résistance e o seu famoso programa, seguido pela reconstrução e pelo Commissariat Général du Plan, com o qual o sindicalismo esteve estreitamente associado. No entanto, a Guerra Fria rapidamente dividiu novamente o sindicalismo.

A Quinta República e a sua constituição bonapartista nunca foram muito inclinadas para a negociação social. Pelo contrário, em 1967, o presidente Charles de Gaulle excluiu os sindicatos da gestão da Segurança Social. Embora o "Maio de 68" tenha trazido novos avanços para os direitos dos trabalhadores, nos anos seguintes a direita, ainda no poder, e os patrões, nada fizeram para encorajar a negociação social num contexto de aumento do conflito e de agravamento da crise económica.

Quando a esquerda chegou ao poder em 1981, ficou marcada em todos os seus componentes por reflexos estatistas e jacobinos em relação aos direitos sociais. Ficou desconfortável com um sindicalismo francês tão fraco quanto antes, ainda mais fragmentado com o surgimento do Solidaires, da Union Nationale des Syndicats Autonomes e da Fédération Syndicale Unitaire.

Conflito estrutural

Durante dois séculos, a França permaneceu um país onde as questões sociais eram principalmente resolvidas por lei ou nas ruas e barricadas. Isto tem o seu charme e pode parecer romântico ao longe, mas do ponto de vista da eficiência económica e social há poucas dúvidas de que os seus vizinhos nórdicos e germânicos beneficiam da capacidade de alcançar compromissos sociais mais facilmente e de forma mais regular. São assim capazes de desenvolver as suas sociedades sem grandes conflitos. É graças a isso que as suas economias são mais inovadoras e resilientes, especialmente na indústria, apesar dos elevados custos laborais. Com a sua tendência para o conflito estrutural, a França também é, no entanto, uma exceção em comparação com a Itália ou a Espanha. Lá, embora o sindicalismo esteja dividido ao longo de linhas ideológicas como em França (ainda que em menor medida), uma cultura de pactos sociais tem sido trabalhada. ▶

Depois das fortes tensões causadas pela lei que instituiu a semana de 35 horas no virar do milênio, chegou-se ao consenso de que, no campo social, a França tinha demasiadas leis e poucos contratos. O espaço para a negociação social teve de ser ampliado.

Ressurgimento

Uma “refundação social” foi apoiada em particular pelo Mouvement des entreprises de France (Medef), liderado por Ernest-Antoine Seillière, e pela Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT), liderada na época por Nicole Notat. Mas a CGT de Bernard Thibault, que se havia afastado do Parti Communiste Français e procurava o seu lugar no panorama institucional francês, não era hostil. O desejo também foi amplamente partilhado em todo o espectro político. Os partidos de esquerda, que estavam na oposição, não podiam deixar de subscrever uma tentativa de social-democratização da sociedade francesa. Mas era principalmente a direita que liderava o movimento. O atual presidente do Senado, Gérard Larcher, então ministro do Trabalho, inscreveu o seu nome numa lei de 2007 que estipulava que, antes de legislar sobre questões do trabalho, o governo deveria permitir que os parceiros sociais negociassem – e se eles chegassem a um acordo, tornar-se-ia lei. Em 2006, a CGT, a CFDT, a Medef e a Confederação das Pequenas e Médias Empresas haviam acordado uma reforma da representação sindical baseada nos resultados eleitorais nas empresas.

Nicolas Sarkozy, eleito presidente no ano seguinte, apoiou esse movimento para facilitar a negociação social a todos os níveis, aumentando a legitimidade democrática dos acordos.

Falsas esperanças

Mas esta abordagem foi muitas vezes implementada sem convicção real e com passos atrás. A lei Larcher continha muitas lacunas. A urgência imposta pela multiplicação das



crises, particularmente a crise financeira de 2008 e suas consequências, forneceu um pretexto para a tecnocracia francesa impor um retorno ao estatismo. Acima de tudo, a reforma da representação sindical falhou no seu objetivo. Foi concebida como um meio de fazer com que os sindicatos – em particular a CGT e a CFDT – se unissem, introduzindo um limiar de 50% para validar acordos entre grupos profissionais. Mas o enfraquecimento da CGT significou que a CFDT e seus aliados “reformistas” tenham sido os únicos a garantir esses famosos 50%, empurrando a CGT para a oposição sistemática e, portanto, agravando a divisão sindical em vez de reduzi-la.

Além disso, os patrões, obtendo quase tudo o que queriam das sucessivas administrações presidenciais de Sarkozy, François Hollande e Macron, já não pediam negociações sociais que os obrigassem a comprometer-se.

No início do seu mandato em 2012, Hollande tentou reavivar um pouco esta abordagem social-democrata. Mas

rapidamente cedeu às políticas jacobinas e autoritárias procuradas pelo seu primeiro-ministro, Manuel Valls, e pelo seu ministro da economia, Macron. Eles estavam a competir para ver quem seria o mais antissocial e neoliberal na economia, o que levou ao desastre para toda a esquerda.

Desde o início de seu mandato como em 2017, com as portarias laborais, Macron optou abertamente por seguir o caminho oposto dessas tentativas de social-democratização – autoritarismo e estatismo. Depois de já ter desencadeado a revolta dos coletes amarelos, a mais longa e violenta de todo o pós-guerra, com uma política fiscal particularmente injusta no início do seu primeiro mandato, despertou o maior movimento social dos últimos 30 anos com o projeto de reforma das pensões no início do seu segundo mandato.

Graças ao espírito de responsabilidade demonstrado pelos sindicatos, por uma vez unidos contra este projeto, esta oposição massiva assumiu formas não violentas desta vez (embora se tenha desgastado). Mas o governo só viu nisso um sinal de fraqueza, permitindo-lhe mostrar ainda mais intransigência do que perante os coletes amarelos.

Espaço para a mudança

Poderá a França sair desta dinâmica perversa, que está a conduzir o país ao abismo a nível democrático, económico e social?

Obviamente não é fácil, na medida em que essas práticas autoritárias e essa recusa em negociar estão profundamente enraizadas na história francesa. Mas não há nada de genético ou irreversível nisso.

A França precisa de se mover em quatro direções. Primeiro, deve mudar a gestão das empresas, ainda estruturas essencialmente feudais. Basta copiar o modelo alemão, de cogestão, que dá aos representantes dos trabalhadores infinitamente mais poder do que na França. E isto é verdade, desde o limiar dos cinco trabalhadores, não só pela presença igualitária dos representantes dos trabalhadores nos conselhos fiscais, mas também em cada estabelecimento onde os conselhos de empresa têm amplos poderes de veto.

Também deve haver forte pressão sobre os sindicatos para se unirem, ou mesmo fundirem-se, para sair da paisagem fragmentada que debilita o sindicalismo francês. Isto significa, em particular, reforçar as regras que regem a validade dos acordos maioritários: a maioria deve ser elevada acima dos 50%, para 66,6% ou 75%. Muitas vezes isso é considerado impossível porque implicaria chegar a acordos com a CGT ou o Solidaires, considerados contrários a qualquer compromisso. Mas esta é uma visão muito estática: se eles tiverem de ser responsáveis, rapidamente sairão dessa posição.

A presença efetiva de representantes dos trabalhadores deve ser generalizada ainda nas pequenas empresas. Isso significa, em particular, a criação de entidades representativas nas redes de franquistas que hoje estruturam a maior parte do comércio local e serviços pessoais. Com efeito, é em grande medida o abandono dos trabalhadores destas pequenas empresas que alimenta o declínio do sindicalismo e da esquerda política e a ascensão da extrema-direita.

Finalmente, a lei de Larcher deve ser reformulada para definir melhor a relação entre social-democracia e democracia política a nível nacional. Isso implica aumentar os poderes do Conselho Económico, Social e Ambiental e renovar a gestão da proteção social, para tirá-la das garras do Ministério das Finanças.

A dificuldade, claro, é que num cenário político polarizado entre mãos de ferro, liberais autoritários e populistas jacobinos, de direita e esquerda, as forças que podem levar a cabo tal projeto são hoje muito fracas.

No entanto, o futuro da França depende significativamente da sua capacidade de virar a página do autoritarismo e do estatismo na gestão da esfera social. Como disse Guilherme de Orange, ‘Não é necessário esperar empreender nem ter sucesso para perseverar...’

*Artigo originalmente publicado em francês na revista Alternatives Economiques, na qual Guillaume Duval foi editor-chefe.

**Subtítulos da responsabilidade da Redação.





O romantismo dos Balcãs, a exótica América Central, o perfume africano ou o luxuoso Dubai, sem esquecer a aconchegante Lapónia ou os Mercados de Natal. O mais difícil do calendário de viagens é a escolha do destino

O Mais Sindicato lançou um calendário eclético de viagens para 2023, com destinos de características únicas, mas todos apaixonantes.

Está na altura de pegar no calendário e marcar já uns merecidos dias de férias.

A primeira proposta é uma viagem à Albânia e Macedónia entre os dias 13 e 22 de setembro, num circuito de 10 dias em pensão completa para visitar os expoentes culturais e monumentais dos dois países. O preço cifra-se nos 1.760€ em quarto duplo e, caso opte por um individual, tem um suplemento de 190€.

De 28 de setembro a 1 de outubro, é tempo para uma escapadinha à capital dos Países Baixos, Amesterdão, com a sua herança artística ímpar. O preço em quarto duplo é de 1.695€ e o suplemento individual é de 240€.

Entre os dias 25 de outubro e 5 de novembro pode ficar a conhecer a Costa Rica e o Panamá, com florestas tropicais primárias, fauna extremamente rica, flora exuberante e praias douradas.

O preço em quarto duplo é de 4.200€, sendo o suplemento individual de 600€.



Quente e frio

Tanzânia e Zanzibar, com direito a safari, é a proposta para os dias 11 a 24 de novembro, com o preço em quarto duplo a cifrar-se em 6.395€. Se necessitar de individual, o suplemento é de 1.360€.

Entre os dias 24 de novembro e 3 de dezembro, terá oportunidade de visitar o Dubai, numa viagem que inclui ainda um cruzeiro. O preço é de 2.385€ em quarto duplo e o suplemento individual é de 670€.

Já bem agasalhado, poderá fazer o circuito à terra do Pai Natal, visitando a Lapónia entre os dias 1 e 6 de dezembro, por 2.815€ em quarto duplo e 560€ por suplemento individual.



A velha tradição europeia dos Mercados de Natal também está contemplada no calendário. Entre os dias 7 e 10 de dezembro vai poder visitar os mercados natalícios de Zurique, Colmar, Riquevihr, Estrasburgo e Luxemburgo. O preço por pessoa em quarto duplo é de 1.435€ e o suplemento individual fica em 210€.

Inscrições

A inscrição pode ser feita presencialmente na Secção Administrativa e de Apoio ou através do e-mail administrativa@mais.pt. A realização de cada viagem só fica garantida com a inscrição do número mínimo de participantes ou conforme divulgado no programa da viagem.

O pagamento pode ser efetuado de uma única vez, por cheque, cartão de débito ou transferência bancária para o IBAN PT50 0018 0000 0029 5061 0019 6. Neste último



caso, é obrigatório enviar o documento comprovativo para a Secção Administrativa e de Apoio.

Também pode optar pelo pagamento fracionado, em prestações mensais até ao número limite indicado em cada viagem conforme descrito no mapa seguinte, através de débito direto implementado pela entrega de documento SEPA que se pode obter na Secção Administrativa e de Apoio. O débito é efetuado no dia 26 de cada mês e até perfazer o pagamento completo do valor em dívida. A inscrição só é considerada definitiva quando a viagem estiver integralmente paga. Não se aceitam pagamentos em numerário.

Para mais informações consulte a revista completa das viagens em www.mais.pt > Atividade Sindical > Informação > Publicações. Se ainda persistirem dúvidas, contacte o Mais Sindicato.

Confira o calendário completo de viagens. ▶

Viagem	Agência	Data	Preço duplo	Supl. individual	Máx. prestações mensais e mínimo participantes
Albânia e Macedónia	Oásis	13 a 22 de setembro 10 dias	1.760€	190€	10 (20 participantes)
Amesterdão	Pinto Lopes	28 de setembro a 1 de outubro 4 dias	1.695€	270€	10 (20 participantes)
Costa Rica e Panamá	Pinto Lopes	25 de outubro a 5 de novembro 12 dias	4.200€	600€	15 (20 participantes)
Tanzânia e Zanzibar	Oásis	11 a 24 de novembro 14 dias	6.235€	1.360€	18 (15 participantes)
Dubai com cruzeiro	Abreu	24 de novembro a 3 de dezembro 10 dias	2.495€	745€	12 (30 participantes)
Lapónia	Tryvel	1 a 6 de dezembro 6 dias	2.815€	560€	12 (20 participantes)
Mercados de Natal	Tryvel	7 a 10 de dezembro 4 dias	1.435€	210€	8 (22 participantes)

desconto de
15%

15% sobre o preço da tabela de balcão, válido para as épocas Média, Alta e Especial, para reservas iguais ou superiores a 3 noites sem manutenção do alojamento.

Ferreira do Zêzere

Centro de Férias



Mais
Sindicato do Sector Financeiro

Tel.: 249360200
centroferias.formacao@mais.pt
N 39°45.978' W 8°19.001'

TEMPOS LIVRES

Calendário desportivo não pára

São várias as provas, algumas decisivas, que vão desenrolar-se nos próximos meses. Fique a par das datas

PEDRO GABRIEL

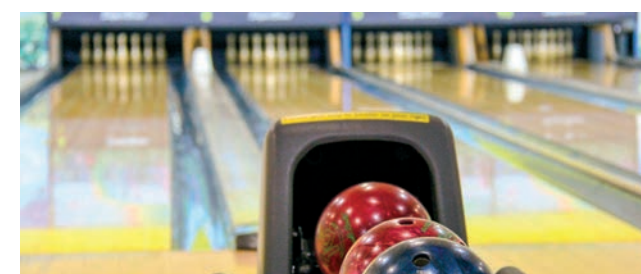
A próxima prova a ser disputada é relativa ao Campeonato de **Tiro** 2023. A segunda contagem será no dia 6 de maio, em Rolos, já depois de Pegões ter acolhido a primeira no dia 18 de março.

Este local será também palco da terceira contagem do campeonato, agendada para 3 de junho, sendo que a quarta e última prova será a 24 de junho, em Pinhal/Algoz.

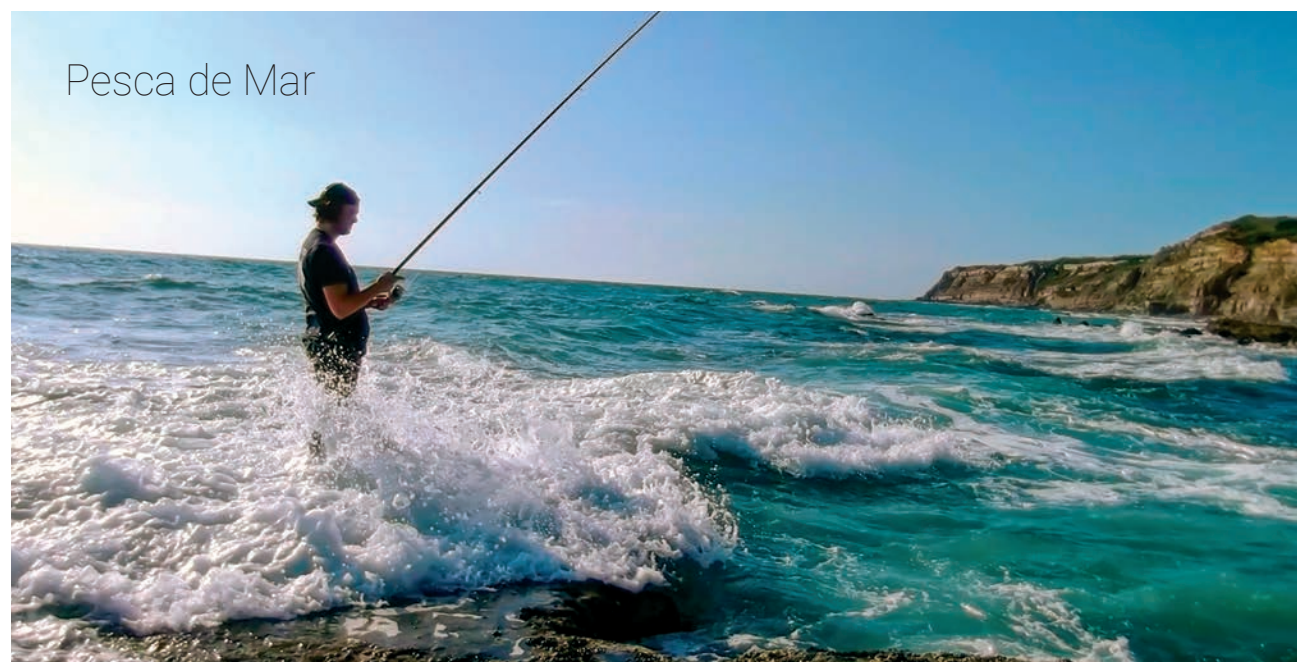


No dia 13 de maio será a vez da grande decisão no Campeonato Interbancário de Pesca Desportiva de **Surfcasting**, com a realização da Final do Mais Sindicato, na praia do Carvalhal. A Final Nacional será só em 14 de outubro.

Continuando em busca de peixe, o Campeonato Interbancário de **Pesca Desportiva de Rio** terá início no dia 20 de maio, na Barragem do Maranhão. A segunda prova será no dia 3 de junho, em Coruche, e a terceira, que também conta como final do MAIS, será a 17 de junho, na Barragem da Arnóia. Este local vai acolher também os melhores dos melhores no dia 23 de setembro, com a realização da Final Nacional.



Depois de cinco provas na Beloura, a final do Mais Sindicato do XVII Torneio de **Bowling** será no dia 20 de maio, em local ainda a designar. Os resultados destas provas terão lugar nas páginas da Mais Bancário. ▶



A imaginação é o limite

Os associados do MAIS têm nesta página oportunidade de publicar poemas, pequenos contos, desenhos e fotos da sua autoria. A seleção das obras enviadas rege-se por critérios editoriais. Os textos para publicação não podem exceder os dois mil caracteres

O pardal com a pata dentro da concha do caracol

(História de um pardal e um caracol sem história)

Era uma vez um gorducho pardal
Tido pelos seus pares como lambão.
Não é que no pequeno Quintal
Comia todas as migalhas de pão?

Num dia de branca geada e muito sol,
O pardal comeu, até parecia rebentar...!
Comeu, mesmo um pachorrento caracol
Que de concha às costas, ali ia a passar.

O pardaleco, ave de todo insaciada
Pôs a concha debaixo da sua pata
E bicada após bicada, cadenciada
Prende o infeliz gastrópode e o mata!

O pardal comeu todo aquele ranho.
De voracidade tão pouco inusitada
Aconteceu, depois, algo estranho!...
O pardal de a pata à concha colada...!

A avezinha ficou de barriga empanturrada!...
Como poderia, o pardal, agora poder voar,
com a concha do caracol na pata colada?
Como seria possível depois pousar?

Pois é! Agora começou o tormento!...
O pardal só coxeava...e mal andava.
E nem mesmo o caracol mais lento
O anafado pardal, agora, apanhava.

O lambareiro e arredondado do pardal,
Que tudo o que via fazia sua comida,
Jaz, amargurado, no canto do Quintal,
De tanta vergonha nele escondida.

Castigo da gula:
- O pardal vai continuar a coxear,
pois da concha do caracol não se consegue libertar!

José M. S. Caria
Sócio n.º 17496

Alberto Costa conquista final

A pontuação obtida na derradeira prova ajudou o concorrente do Novo Banco a levar para casa o principal troféu

PEDRO GABRIEL

A final dos Campeonatos Interbancários de Pesca Desportiva de Mar teve lugar no dia 15 de abril, em Peniche.

Alberto Costa foi o vencedor da prova ao alcançar um total de 22.260 pontos, seguido de Artur Silva (BPI), com 10.660 pontos, e de José Costa (Novo Banco), com 12.460 pontos. Por equipas, o BPI-A, composto por Artur Silva, Carlos Silva, David Franco e José Duarte, venceu a prova, com 18 pontos no total.

O NB, de Alberto Costa, José Costa e Pedro Lemos, foi segundo, com 21 pontos, enquanto o BST-A, de Sérgio

Panela, Pedro Faria, José Dias e João Cabrita, terminou na terceira posição, com 31 pontos.

Vencedores

Com estes resultados, Alberto Costa garantiu o primeiro lugar da classificação geral, com 55.100 pontos, e sagrou-se campeão regional.

Fernando Antão (CGD) foi segundo, com 37.180 pontos, e Sérgio Panela (BST) ocupou o último lugar do pódio, com 36.880 pontos.

Coletivamente, a equipa BST-A terminou em primeiro, com 5 pontos, seguido do BPI-A, com 7 pontos, e do NB, também com 7 pontos. ▶

Classificados

Vendo

- Lote de terreno com 311m² com projeto que permite construção no formato de Comunicação Prévia, situado na Abóboda, num bairro de moradias recentes e/ou em construção, próximo de supermercados, complexo desportivo da Abóboda, Tagus Park, Lagoas Park, Universidade Católica e Nova School of Business and Economics. Contacto: 910533468- Apartamento parcialmente remodelado em Campolide, Lisboa, com três assoalhadas + terraço. R/c alto. Área total de 105 metros². Bom preço;
- Mesa de Sala Pau Preto Cabinda (100x45) com 60 anos – 120€;
- Louceiro com 60 anos em bom estado de conservação – 185€.
- Carrinha Toyota Corolla 1.8 Hybrid 122 cv de Agosto de 2021. Imaculada, c/ 37.000 km, e garantia oficial da marca até agosto de 2028 + Revisões Pagas – 30.250€. Contacto: 964 048 217

Na natureza



Diana Carvalho
Beneficiário n.º 3862718

Jogo da Lógica

Nomes, naturalidades, atividades, signos e livros são cinco e todos diferentes.

- **Magna é Médica.**
- É da **Horta** a **Pintora**.
- **Sofia** é de **Évora**.
- É de **Almada** a **Bancária** que é do signo de **Virgem**.
- **Catarina** é **Soprano** e do signo de **Aquário**.
- É do **Funchal** quem lê **Mensagem**.
- **Bárbara** lê **Os Maias**.
- A **Bióloga** não é do signo de **Touro** e lê **Aparição**.
- **Edna** não é do signo de **Leão** e não lê **Bichos**.
- É de **Faro** quem não lê **A Sibila**.

— Quem é do signo de **Peixes**?

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Cidades

— São 25 as que estão no quadro. As 15 letras sobrantes formam um adágio.



A sortear: PRÉMIO MAIS

Palavras-cruzadas

Problema 441

HORIZONTAIS:

- 1 - Espécie de sofá mais largo que os vulgares.
2 - No entanto. Coração (órgão) [ant.]. Inspiração [fig.].
3 - Elevação da voz. Escave.
4 - Indigno. Prep. que introduz expressões que designam ausência... Riso. 5 - Decifra. Alvéolos do favo. Sono [infant.].
6 - Grupo de casas pobres. Consumam. 7 - Símbolo de prata. Lavra superficialmente para tirar as ervas daninhas [regionalismo]. Símbolo de amerício.
8 - Pende. Mau cheiro. Casei. 9 - Átrio. Valor. 10 - Parte. Anel. Graça [fig.]. 11 - Que não tem língua.

VERTICAIS:

- 1 - Correio eletrónico. Talvez. 2 - Região do organismo onde se fixa um membro, apêndice, etc. 3 - Dificuldade [fig.]. Abrilhanta. 4 - Chega [fig.]. 5 - Palavra que, no dialeto provençal, significava *sim*. Associação [fig.]. O resto [ant.]. 6 - Hotel para encontros amorosos. Indivíduo que foi vítima da sua própria ambição. 7 - Brisa. Antiga unidade monetária da Finlândia. Esses. 8 - Toca. 9 - Apaziguar. Melhor aluno de um curso ou de uma turma [acad.]. 10 - Tendência obsessiva para fazer compras. 11 - Acero. Juízo [fig.].

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA
Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

“A pedra lançada não quer saber se sobe ou se desce”

Napoleão Bonaparte (1769-1821), imperador de França

Portuguesas & Portugueses notáveis

Ligue cada personalidade à arte em que se notabilizou.

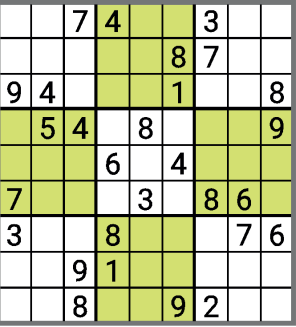
1	ADELAIDE CABETE	ADVOCACIA	A
2	ÁLVARO CASSUTO	ARQUITETURA	B
3	ANTÓNIO DAMÁSIO	CINEMA	C
4	CARVALHO RODRIGUES	ENGENHARIA	D
5	EDGAR CARDOSO	ESCULTURA	E
6	JOSEFA DE ÓBIDOS	FÍSICA	F
7	LUÍSA HOLSTEN	MARATONA	G
8	MANOEL DE OLIVEIRA	MEDICINA	H
9	NATÁLIA CORREIA	MÚSICA	I
10	PEDRO GADANHÓ	NEUROCIÊNCIA	J
11	REGINA QUINTANILHA	PINTURA	L
12	ROSA MOTA	POESIA	M

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

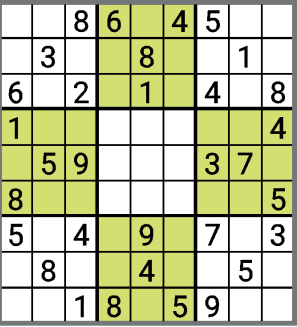
Sudoku

As casas vazias devem ser preenchidas com os algarismos de 1 a 9 mas de forma a que cada um dos algarismos surja somente uma vez em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado.

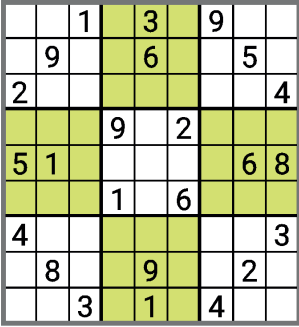
Fácil 384



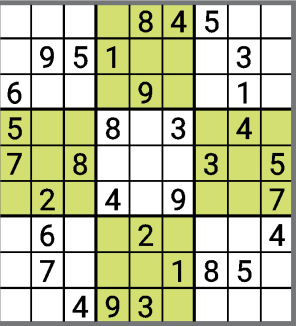
Médio 384



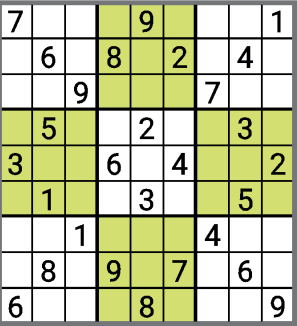
Difícil 384



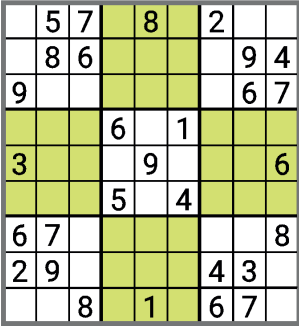
Fácil 385



Médio 385

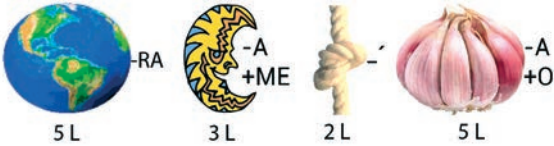


Difícil 385



Enigma Figurado

(expressão corrente)



A sortear: PRÉMIO MAIS

Resultados do «Tempo Livre» 439



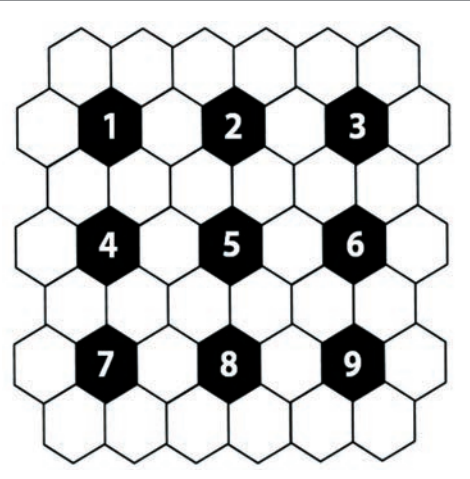
- Palavras-Cruzadas:** Premiado: Carlos Alberto de Brito Antão (Sintra).
Palavras Encadeadas: PARRACHO (1 - Trapo/ Apoio. 2 - Almas/Massa. 3 - Piora/Orate. 4 - Aparar/Arada. 5 - Secar/Carro. 6 - Troca/ Ocaso. 7 - Racha/Chato. 8 - Andor/Dorso). Premiado: Maria Rosa Rodrigues (Lisboa).
Pela Tangente: “Já o gato quer enguias e nem espinhas lhe dão”. Premiado: Maria Laurinda Horta Cardoso (Encosta do Sol).
Cruzes!: Cruz de Malta ou Cruz de Amalfi. Premiado: Tânia Mosa (Oeiras).
Manta de Retalhos: A - Achega. B - Pastor. C - Amarra. D - Seguir. E - Alcalá. F - Bornal. Camelo e Gorila. Premiado: José Luís Fartaria Gonçalves (Chamusca).
Enigma Figurado: Com mão de gato (sorrateiramente). Premiado: Vítor Manuel Campos Trincão (Almeirim).

«Tempo Livre» 441 Ano XXVIII Respostas até 31 . maio . 2023

Corolas Geminadas

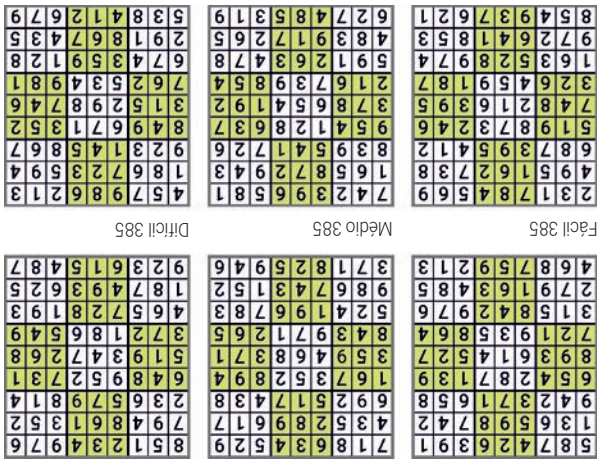
Começando sempre na casa à esquerda do número e rodando no sentido do movimento dos ponteiros do relógio, forme palavras de 6 letras de acordo com o enunciado seguinte:

- 1 - Bronzeado.
- 2 - Espalhar-se por.
- 3 - Alegre.
- 4 - Sono curto.
- 5 - Tomar ar.
- 6 - Jumento.
- 7 - Moeda com curso em Macau.
- 8 - Mirtilo.
- 9 - Danoso.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Soluções



Fácil 384 Médio 384 Difícil 384

NA COMPRA DE ÓCULOS DE VISTA

CONDIÇÕES

**Na COMPRA DE ÓCULOS DE VISTA
compostos por:**

- Armações das marcas
Carolina Herrera, Carrera,
Hugo Boss e Pierre Cardin
- Lentes graduadas marca Zeiss

**OFERTA DE ÓCULOS DE SOL
compostos por:**

- Armações das marcas
Carolina Herrera, Carrera,
Hugo Boss e Pierre Cardin
- Lentes graduadas coloridas
marca Zeiss

Limitado ao stock existente

•
Não acumulável com outras
campanhas em vigor



OFERTA DE ÓCULOS DE SOL

**ZEISS**

Campanha válida de
2 DE MAIO A 30 DE JUNHO

CARRERA
EYEWEAR SINCE 1956**lel****HUGO
BOSS**
pierre cardin